

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.999 - PE (2019/0303441-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : VLADEMIR DE ALMEIDA ARAUJO
ADVOGADO : JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA JÚNIOR - PE034619
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por VLADEMIR DE ALMEIDA ARAUJO contra decisão monocrática do Desembargador relator que indeferiu liminarmente o *Writ* n. 0001455-88.2019.8.17.0000 impetrado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, no regime inicialmente semiaberto, pela prática do delito do art. 121, § 2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (tentativa de homicídio qualificado pelo uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima) – e-STJ fls. 21-24.

O *habeas corpus* impetrado junto ao Tribunal *a quo* foi indeferido liminarmente em decisão unipessoal proferida pelo Desembargador relator (e-STJ fls. 66-71).

Irresignada, a defesa interpôs o presente recurso. Em suas razões (e-STJ fls. 76-88), o recorrente alega, em síntese, que a pena-base foi majorada sem amparo em fundamentação idônea e que seria inaplicável o verbete sumular 231/STJ.

Ao final, requer o provimento do recurso para que a seja redimensionada a reprimenda que lhe foi imposta.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 105-107).

É o relatório.

Por meio deste recurso ordinário constitucional a defesa pretende impugnar decisão monocrática proferida pelo Desembargador relator que indeferiu liminarmente o *habeas corpus* impetrado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

De acordo com o art. 105, inciso II, alínea *a*, da Constituição da República, o recurso ordinário só é cabível contra decisões denegatórias da ordem de *habeas corpus* proferidas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

No presente caso, não houve **não houve a interposição de agravo regimental**, de modo a oportunizar o debate do tema pelo respectivo órgão colegiado.

Desse modo, o recurso ordinário é manifestamente inadmissível, pois somente as decisões colegiadas que, ao examinar o mérito de *habeas corpus*, denegam a ordem desafiam a interposição do recurso ordinário previsto no art. 105, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, sob pena de supressão de instância.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA NA ORIGEM QUE DETERMINOU MEDIDAS

Superior Tribunal de Justiça

CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO INTERPOSTO. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE CONFIGURADA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - A fim de impugnar a decisão de Desembargador Relator determinou medidas cautelares diversas da prisão, deve-se interpor o recurso de agravo regimental para oportunizar o debate da matéria pelo respectivo órgão colegiado e posterior impetração da ordem perante esta Corte Superior.

III - No caso, verifica-se a ocorrência de flagrante ilegalidade uma vez que a ação penal foi extinta, sem a resolução do mérito, não havendo, portanto, como respaldar a manutenção das medidas cautelares determinadas pelo em. Desembargador, eis que fundamentadas na gravidade abstrata do delito.

IV - Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso para revogar as medidas cautelares.

Recurso ordinário não conhecido.

Ordem concedida de ofício para revogar as medidas cautelares impostas ao recorrente, sem prejuízo da decretação de novas medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, ou segregação cautelar, desde que concretamente fundamentadas.

(RHC 79.462/MT, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe de 19/02/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator